

A SOBERANIA NACIONAL POSSÍVEL OU A TRADUÇÃO BRASILEIRA DA DOCTRINA MONROE

Lúcio Castelo Branco*

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em buscar os padrões fundamentais que enformam a política externa brasileira, no discurso da elite do poder. A investigação limita-se ao estudo de duas fases exemplarmente ilustrativas: a) a da consolidação republicana e b) a de 1930 a 1964, com o intuito de analisar a existência constante de um projeto político-estratégico cuja essência é a "nacionalização" das estruturas lógicas do projeto hegemônico imanente da Doutrina Monroe.

Portanto, o modelo norte-americano do "destino manifesto" inspira a idéia de conversão do grande espaço nacional em mais-valia política no âmbito de um processo universal de acumulação hegemônica.

A pergunta emergente deste trabalho refere-se à possibilidade efetiva de um país periférico de dimensões continentais, tecnologicamente dependente e submetido ao cerco hegemônico global, decidir soberanamente sobre o presente e o futuro.

Introdução

O Tratado de Tordesilhas é a primeira linha de demarcação das áreas de influência dos poderes hegemônicos europeus no Novo Mundo. De fato é o ponto de partida de uma longa série de tratados que definem a ordem espacial do mundo contemporâneo. Em outras palavras, trata-se de um marco fundamental da representação espacial em um pensamento que se estrutura por meio de um traçado de linhas globais, em um processo de configuração política do mundo. A expansão transatlântica da Europa revela tendencialmente um caráter supranacional singular que consiste, em decorrência de uma dinâmica interna, em um processo de rupturas constantes de seus próprios limites espaciais e, conseqüentemente, na transformação permanente do mundo em um só mercado anônimo e racional.¹

O projeto hegemônico de expansão e conquista do planeta que se inicia com a internacionalização dos mares, através da circunavegação do mundo, é levado adiante exponencialmente, com uma velocidade extraordinária no processo de universalização dos interesses hemisféricos dos Estados Unidos, principalmente após a segunda guerra mundial, quando a doutrina Monroe² se transforma

* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília

então em veículo de legitimação de uma nova ordem hegemônica global. Nesta ordem hegemônica, apenas um grupo de países constitui uma aristocracia mundial de poder, em contraste com uma corte numerosa de estados súditos (Kjellén, 1916: 1).

Para Euclides da Cunha, esta situação de conteúdo imperialista correspondia a um verdadeiro "darwinismo aplicado à vida das nações" (Cunha, 1941: 180). Assim, a ordem do mais forte não é nada mais nada menos do que um sistema de dominação, no qual o monopólio dos conhecimentos tecnológicos mais modernos assegura a hegemonia e a reproduz. Sem dúvida alguma, "a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-as pela força da civilização" (Cunha, 1957: 99).

O objetivo deste trabalho é trazer à tona um conjunto de reflexões, baseado em uma perspectiva metodológica histórico-estrutural, que possa sugerir a compreensão de padrões básicos da política externa brasileira. Para tanto estuda-se o discurso político da elite do poder em dois momentos históricos distintos, a saber:

a) na fase de consolidação republicana, particularmente nas duas primeiras décadas;

b) no período de 1930-1964, com o intuito de verificar a existência de uma atitude, um sentido e um propósito político-estratégico convergente que se baseia em uma "nacionalização" das estruturas lógicas do projeto hegemônico imanente da Doutrina Monroe. A conversão do grande espaço nacional em mais-valia política em função de seu aproveitamento técnico-científico, com a finalidade de superar o atraso tecnológico e acelerar o processo de modernização e industrialização do país, possibilita portanto uma relação dialética singular, na qual as fronteiras entre a política "interna" e "externa" se tornam fluidas e se integram em um projeto brasileiro de Estado e grande potência.

Este trabalho pretende também contribuir para a compreensão lógica dos limites que a ordem hegemônica mundial impõe ao exercício da soberania nacional de um país periférico e dependente de dimensões continentais, o qual se legitima ideologicamente pela crença em um destino manifesto de grande potência.

A Doutrina Monroe e o "imperativo geopolítico" norte-americano: marcos do modelo político nacional

De um modo geral pode-se dizer que uma das principais tendências do discurso político brasileiro seja a afirmação de uma identidade americana a unir os Estados Unidos e o Brasil, no sentido do reconhecimento de um destino com base na crença na democracia republicana e na ideologia positivista do progresso técnico-científico. Entretanto, esta identidade politicamente construída, não pode prescindir de uma "praxis" histórica, a qual pela sua determinação funcional impõe uma lógica de adequação às circunstâncias

conjunturais, o que necessariamente implica uma correção tática ou estratégica da política. Não obstante o fato de que a classe política brasileira consciente ou inconscientemente se identifique com o modelo norte-americano, sempre houve um sentido pragmático a nortear e portanto a conferir-lhe uma autonomia política relativa no plano das decisões, com o fito de garantir em troca a hegemonia brasileira na América do Sul.

A série de conflitos na região geo-estratégica do Prata, por exemplo, marca profundamente não apenas a política continental brasileira, mas também o sistema político e a consciência nacional do país. Estes conflitos representam o fundamento mesmo da continuidade estrutural da política externa do país, desde a monarquia até a república (Scena, 1975); pode-se afirmar inclusive que a elite política brasileira "vivia sob a possessão da rivalidade com a república Argentina e desejava encontrar nos Estados Unidos um aliado certo para a conquista da hegemonia na América do Sul" (Lima Sobrinho, 1968: 434; cf. também Singer, 1974: 578)⁴. Cumpre notar que esta atitude política do Brasil em relação aos Estados Unidos tinha porém um caráter eminentemente defensivo, manifesto por exemplo ao eclodir a crise financeira de 1890/1891, a qual culminou com a negociação de um empréstimo-moratório - o *Funding Loan* - fase em que a economia brasileira era literalmente controlada pelos grupos financeiros ingleses (Luz, 1961: 96-117)⁵. Em contraste com esta situação, as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos são, no mesmo período, favoráveis ao Brasil.⁵

De um lado a relação entre o Brasil e os Estados Unidos era lucrativa para os brasileiros como fonte de divisas e, por outro lado, interessava aos norte-americanos, de acordo com os princípios da doutrina Monroe, no sentido de limitar a influência européia e preparar uma base sólida de influência no Brasil com vistas a consolidar os planos de hegemonia no continente sul-americano.⁶

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil foram via de regra reguladas pela ausência de conflitos, com exceção praticamente de dois incidentes diplomáticos, os quais não chegaram a comprometer seriamente a tradicional "política de boa vizinhança". O primeiro incidente ocorreu quando do conflito entre o Brasil e a Argentina (1825-1828), pois o Brasil ao bloquear o rio da Prata provocara uma reação imediata dos norte-americanos, contra uma medida que afetava a liberdade do comércio marítimo. O Brasil por sua vez acusava os Estados Unidos de tripular e comandar navios piratas da Argentina, provenientes de portos norte-americanos (Oliveira, 1923: 70 ss). O segundo refere-se à questão da reivindicação da abertura do rio Amazonas ao comércio internacional, correspondente aos interesses norte-americanos, mas que foi recusada terminantemente pelo Brasil, o qual pretendia manter o monopólio da navegação consoante o tratado de 1851 firmado com o Peru. Todavia, apesar das resistências brasileiras, quinze anos depois, o Amazonas foi finalmente franqueado à navegação internacional. A atitude brasileira

deve ser compreendida como um resultado do temor de que os Estados Unidos tivessem em vista repetir sua façanha expansionista no México, desta feita contudo em plena região amazônica (op. cit.: 72s).

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos efetivamente têm-se pautado, em última instância, pelo atendimento aos interesses nacionais de cada país - evidentemente em conformidade com as diferenças óbvias da capacidade de cada país fazer valer e definir politicamente seus objetivos. (Um exemplo disso é o processo de reconhecimento da independência brasileira pelos Estados Unidos). Este elemento pragmático na política de ambos os países sobrepõe-se sistematicamente a toda e qualquer reiteração ritual de uma "amizade tradicional" de caráter incondicional entre ambos os países (Burns, 1966: IX). É Oliveira Lima quem percebe acertadamente que "o traço capital da política exterior do Brasil foi herdado da política exterior portuguesa na América do Sul e resultou de uma situação geográfica em conflito com uma situação diplomática" (Oliveira Lima, op. cit.: 65). Esta afirmação, referente à situação diplomática herdada em consequência do tratado de Tordesilhas, mencionava o desacordo existente entre esta linha e "a fronteira natural do sul do Brasil, a qual deveria ser o Rio da Prata" (op. cit.: 65) e pode ser estruturalmente comparada com o ponto de vista formulado em 1894 por Eduardo Prado, autor do primeiro libelo brasileiro contra o imperialismo norte-americano. Prado chamava atenção para o fato de que a política diplomática brasileira com respeito aos Estados Unidos não poderia ser explicada apenas por causa de ambos os países se situarem geograficamente no continente americano, pois isto seria certamente um mero "acidente geográfico ao qual seria pueril atribuir uma exagerada importância" (Prado, 1961: 7). A aproximação progressiva do Brasil com os Estados Unidos obedecia a um imperativo de ordem diplomática ao qual havia de submeter-se o espaço geográfico ocupado pelo Brasil, ou seja, tratava-se de uma relação em cuja base se evidenciava a inferioridade do Brasil, que apesar disso buscava nos limites do possível, tirar vantagens parciais.

A posição de Pandiá Calógeras, em 1911, é bastante expressiva no tocante à visão brasileira da Doutrina Monroe, pois ao apoiar-se na orientação do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, no período de 1905-1910, reconhece na Doutrina Monroe um instrumento indispensável à manutenção e consolidação da paz continental e afirma, com base em um raciocínio eminentemente geopolítico, que as razões imperativas da expansão norte-americana no Caribe pertenciam ao mesmo contexto político iniciado com a revolução francesa. Destarte o expansionismo inerente à Doutrina Monroe estaria em perfeita harmonia com os princípios da democracia, pois seria um imperativo da defesa territorial dos Estados Unidos e, finalmente, "a tradução política de um fato de ordem geográfica, de uma contingência da defesa norte-americana" (Calógeras, 1911: 35). A manifestação de tamanha compreensão diante da política

expansionista e intervencionista dos Estados Unidos poderia ser facilmente entendida à primeira vista como uma atitude antinacional e de pura adesão ou vassalagem.

Joaquim Nabuco, que se considerava o paladino da política de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos, compreendia um ângulo significativo da Doutrina Monroe, a saber, o sentido americano que era originalmente o substrato desta doutrina, bem como sua implicação decisiva na vida política brasileira, na medida em que significava o reconhecimento total e definitivo do desprendimento do Brasil da Europa (Nabuco, 1929: 408s). Os Estados Unidos não eram vistos apenas como a garantia da neutralidade continental dos princípios de livre concorrência, mas antes de tudo como o modelo democrático de organização político-social e do progresso da civilização técnico-científica.

A reação do presidente Roosevelt ao discurso de apresentação de credenciais de Nabuco (25 de maio de 1905), primeiro embaixador republicano nos EUA, não podia deixar de ser outra, pois reconhecia no Brasil um "outro baluarte da Doutrina Monroe" (op. cit.: 414). Isto mostrava a existência de um sistema de reciprocidades regulador de relações situadas porém em um universo marcado pela desigualdade: de um lado o Brasil dependente e fraco e de outro lado, os Estados Unidos poderosos e imperialistas. A identificação acrítica de personalidades brasileiras como Nabuco com os Estados Unidos, a Doutrina Monroe e o panamericanismo, confrontava-se entretanto flagrantemente com uma análise crítica aguda do conteúdo e significado da política norte-americana para a promoção e encaminhamento dos interesses norte-americanos (Normano, 1944: 140s). Calógeras indicava que a política exterior do Brasil praticamente se constituía em um longo processo de incorporação paulatina dos postulados da Doutrina Monroe, no qual o Brasil se situava conscientemente como instrumento desta política hemisférica (Calógeras, 1916: 57s).

Este processo de incorporação da Doutrina Monroe pelo Brasil era fortalecida pela crescente importância dos Estados Unidos nas relações comerciais com o Brasil (Valla, 1978: caps. 1 e 2) e assim influía sem dúvida na definição panamericana das linhas mestras da política exterior do país, tal qual o fizera exemplarmente o Barão de Rio Branco. A ação política do Barão de Rio Branco foi, no âmbito deste processo de construção de uma política nacional, estruturada em consonância com o paradigma da Doutrina Monroe, e resultou na expansão e consolidação legal das fronteiras do Brasil. Deve-se-lhe a assimilação de cerca de 850 mil km², sistematicamente incorporados ao território nacional através de uma política de negociação e arbitragem internacional das questões litigiosas, segundo Backheuser (Backheuser, 1952: 226 e 248-253). O Barão de Rio Branco é considerado por Backheuser como "lídimo agente geopolítico" (op. cit.: 235s), justamente pelo fato de haver cumprido esta tarefa patriótica de levar avante a expansão do território nacional.⁸

O caso mais importante de litígio quanto às fronteiras foi com a Bolívia, exatamente em função de envolver uma companhia anglo-americana, o chamado Bolivian Syndicate. Esta questão põe a nu não só a dinâmica do processo de expansão territorial do Brasil, como também a lógica de legitimação deste processo, implícita em um entendimento nacional da Doutrina Monroe. O litígio começa com o processo de infiltração geopolítica das frentes de expansão da sociedade brasileira na região do atual estado do Acre sem que as frentes pioneiras, ao que parece, tivessem noção de estar ultrapassando as fronteiras nacionais e invadindo território boliviano. Este movimento de infiltração e dilatação de fronteiras continua o processo de expansão territorial desencadeado pelos bandeirantes na fase colonial, os quais foram, tanto quanto os criadores de gado, os veículos da formação e delineamento do perfil do território nacional (diga-se de passagem que não se pode esquecer absolutamente o papel fundamental do missionário neste processo). Após alguns atritos entre as forças armadas bolivianas e as frentes pioneiras brasileiras deu-se um substancial aguçamento da crise em virtude da assinatura de um acordo entre a Bolívia e o Sindicato, o qual lhe dava por concessão não só o direito de compra de uma área de grandes proporções na região amazônica, como também poderes fiscais especiais e, o que era bem mais grave ainda, o direito de garantir os privilégios por meio de emprego de forças armadas a serem constituídas pela companhia estrangeira (Hill, 1932: 235 s; Tambs, 1966: 254-273; Araújo Lima, 1952).

A estratégia de expansão norte-americana na América Latina e, posteriormente, no plano transnacional, correspondeu, de um modo geral, ao modelo inglês do "Informal Empire" (Fay, 1940, V. II: 399), o qual se fundamentava na perspectiva de garantir os mercados e as esferas de influência política e econômica, através de relações contratuais que o poder militar norte-americano legitimava. A ideologia norte-americana do "manifest destiny", de meados do século passado, ocupa um lugar especial na concepção norte-americana de grande espaço e funde-se com os princípios imanentes da Doutrina Monroe. Com T. Roosevelt e W. Wilson a Doutrina Monroe transcende seus limites continentais e torna-se uma doutrina mundial de fundo imperialista e universalista (Schmitt, 1941: 29).

Estas profundas transformações da política exterior norte-americana, correspondentes à dinâmica interna do poder, provocavam a atenção das elites políticas brasileiras e levavam-nas a refletir sobre suas conseqüências decisivas na redefinição política da periferia e em particular do Brasil.

Se de um lado a política externa do Brasil, a qual do ponto de vista histórico-cultural sempre teve um conteúdo peculiarmente americano, continental, incorpora progressivamente a Doutrina Monroe, na medida em que os Estados Unidos são para a elite política brasileira, como já se disse anteriormente, o modelo republicano e democrático de desenvolvimento técnico-científico do novo mundo,

por outro lado incorporou-a taticamente, em função de interesses nacionais imperativos, traduzindo-a em termos brasileiros, conferindo-lhe um estilo cultural próprio e adotando-a como arma política de autodeterminação nacional.

É todavia bastante problemático o processo de transformação da Doutrina Monroe - em virtude de sua essência imperialista - em um instrumento decisivo de autodeterminação nacional por parte de um país periférico e cuja margem de manobra internacional é dada por fatores que não dependem de sua vontade política ou menos ainda de sua capacidade de influenciar determinadamente o quadro global das relações internacionais hegemônicas.

O comprometimento da Doutrina Monroe com o imperialismo norte-americano havia sido desvendado ostensivamente no libelo ao mesmo tempo crítico e conservador de Eduardo Prado, o qual citava as palavras famosas de Washington: "deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência" (Prado, 1961: 1865)⁹, a fim de evidenciar axiomáticamente que na política não há lugar para favores de nenhum tipo, pois a soberania não tem preço.

Subjacente à elaboração de uma "doutrina de dominação" brasileira está a perspectiva estratégica de conteúdo geopolítico evidente do "bargaining power", ou seja um princípio fundamental da política externa brasileira para a realização de um "manifest destiny" nacional. Esta estratégia alicerça-se na consciência de grande espaço do país e na capacidade de mobilização de recursos naturais no planejamento estratégico do poder, e confirma o pressuposto de que a política exterior do Brasil deve obedecer à lógica política da "barganha leal" (Couto e Silva, 1967: 52) cujo fundamento é a conversão do espaço e dos recursos naturais em capital político.¹⁰

A consciência da grandeza espacial no discurso da elite, de Getúlio a Jango, e sua repercussão sobre a política externa do país

A política de barganha caracterizou paradigmaticamente a época de Vargas, e de modo particular o período do Estado Novo. Tratava-se de buscar manipular na medida do possível as contradições existentes na arena política internacional em função de um cálculo voltado ao atendimento concreto de reivindicações relevantes e decisivas para a implementação da industrialização e modernização do país.¹¹

A obtenção do financiamento para a construção da siderúrgica de Volta Redonda é um resultado exemplar da política de "bargaining power" brasileira, pois em troca do financiamento o Brasil concede aos Estados Unidos o direito de instalar no nordeste brasileiro uma

base aérea (Ianni, 1968: 66 s; Levine, 1970: 170; McCann, 1973: 196-201 e 381ss.). Essa aliança do Brasil com os Estados Unidos, em contraste com o autoritarismo de Vargas, cujos matizes fascistas correspondiam em grande parte mais ao sentido e estilo político da época que a uma definição político-ideológica em consonância com o fascismo, pode ser contudo entendida como uma consequência de um imperativo geopolítico, o qual determina a declaração de guerra ao eixo e sela um tipo de "casamento" de "raison", mas não de "amour", segundo Chacon (Chacon, 1977: 98).

Naturalmente a política brasileira de "bargaining power" está condicionada em suas possibilidades reais pela correlação de forças internacionais e, particularmente, antes de tudo, pela estratégia político-militar de dominação dos Estados Unidos aplicada ao continente americano.¹²

Se se tem em conta o comportamento político-internacional do Brasil ao longo de um século, é viável dizer-se que a consciência das energias físicas e sociais de grande potencial (como por exemplo: o crescimento demográfico, reservas de matérias-primas diversas em um espaço político de dimensões continentais) tem condicionado a formação de um conjunto de padrões cuja essência é a crença na possibilidade de um desenvolvimento autônomo e no destino nacional de potência. Como a correlação de forças internacionais é justamente o plano em que se define o espaço para a realização do destino político nacional, parece pertinente formular-se o seguinte teorema, a partir da experiência nacional em política exterior: quanto maiores e mais profundas forem as tensões e conflitos internacionais entre as potências hegemônicas, emergentes em virtude da luta pela hegemonia política e econômica, maiores serão as chances do país periférico de expandir seu campo de ação e manobra política e usá-lo para atingir suas metas modernizadoras.

Dessa forma foi possível a aceleração do processo de industrialização do país após a eclosão das guerras mundiais, com base em um processo abrangente de substituição de produtos normalmente importados. A dimensão do fenômeno da industrialização substitutiva amplia-se sobremodo com a crise de 29 e a irrupção da segunda guerra mundial. A análise estrutural do processo de industrialização brasileira revela contundentemente que seus impulsos básicos e sua chance de sobrevivência são inseparáveis do contexto econômico mundial.¹³

A marca da grandeza espacial na consciência da elite política brasileira não exclui de modo algum a internalização do imperativo geopolítico americano - determinado pela hegemonia norte-americana não somente no continente, mas também, após a segunda guerra mundial, no hemisfério ocidental - e manifesta-se sistematicamente como uma constante no discurso político dos presidentes da república.¹³ Há portanto uma lógica interna a viabilizar a assimilação do modelo de hegemonia norte-americana no projeto brasileiro de grande potência, o qual revela a própria essência do poder,

principalmente quando, diante de um caso limite propõe-se a questão transcendental da soberania à decisão da elite política.

O processo de conquista e ocupação do território nacional é inseparável da estratégia brasileira de utilização da política externa como meio hábil para desencadear em acelerado a industrialização nacional. Um exemplo disso é a posição política de Getúlio Vargas, a qual foi profundamente influenciada pelo pensamento geopolítico de Oliveira Vianna, Backheuser e Mário Travassos. (É necessário mencionar-se ainda a influência de Francisco Campos sobre o sistema político como um todo, sem que se esqueçam suas ligações com o pensamento conservador alemão, particularmente com Carl Schmitt). A ideologia de Estado e grande potência que se configura claramente nesse período, no plano político-conjuntural, evidencia-se no programa de "marcha para o oeste", o qual pretende dar continuidade ao processo iniciado pelos bandeirantes e sertanistas com a conquista e fundação dos limites territoriais do país, a fim de integrar, modernizar e preencher o espaço vazio. Tratava-se de uma marcha batida que conduziria à expansão das fronteiras internas, ou melhor ao alargamento das "fronteiras" políticas, econômicas e sociais de um país existente apenas de fato na costa atlântica. Tratava-se de uma estratégia expansionista, de um "imperialismo" voltado para dentro.¹⁴

A realização do "destino nacional" brasileiro dependeria portanto da capacidade de o Estado promover a integração do território brasileiro. Para fazer face a essa tarefa messiânica no âmbito de uma política de "reconstrução nacional" (Vargas, 1938, vol. V: 32), seria imprescindível criar-se um Estado suficientemente forte a ponto de poder cumprir a missão positivista de conquista e modernização nacional. Sem industrialização o país não poderia concretizar sua vocação de grande potência, o que não seria absolutamente possível sem que se atingisse a emancipação total do país.¹⁵

Talvez se possa dizer *en passant*, sem que se incida em erro significativo, que a personalidade política de Vargas, pelas razões antes apresentadas e fundamentalmente pelo seu significado mítico, é uma verdadeira meta-síntese do político no quadro da configuração sócio-cultural brasileira.

Ao término da segunda guerra mundial, fez-se imperativo redefinir-se as fronteiras ideológicas em dimensão global, planetária; pois, com a derrota da Alemanha nazista, o eixo político mundial deslocara-se, como resultado da diferenciação entre os aliados, polarizados então em torno da luta pela hegemonia mundial, a qual, por sua vez, expressava-se de um lado através de uma ideologia capitalista de participação democrático-manipulativa e, de outro lado, por meio de uma ideologia socialista definida internacionalmente em consonância com os interesses da nomenclatura soviética. A divisão do mundo em blocos antagônicos, dirigidos por superpotências armadas com armamento nuclear de alcance intercontinental, acarretou uma situação singular de dependência global ou de impotência coletiva diante dos Estados Unidos e da ex-União

Soviética. Neste contexto a noção de segurança nacional tinha que refletir em última instância o imperativo hegemônico e assim restringia concretamente a soberania nacional efetiva dos países periféricos e até mesmo das potências de segunda classe.

A segurança nacional traduzia na verdade injunções de ordem estratégica da própria segurança hemisférica de ambos os blocos de poder. Em vista disso Kubitschek afirmava ritualmente o caráter democrático, ocidental e cristão do país (JK, 1958: 247, 288, 385 e 509), sem contudo omitir o objetivo explícito de usar o potencial de riquezas nacionais com a finalidade de alcançar a emancipação econômica (JK - Discursos, 1956: 35).¹⁶ Em todo caso tratava-se de eliminar qualquer obstáculo que pudesse impedir o desenvolvimento e a expansão do país (JK, 1957: 97). A estratégia nacional de expansão orientava-se em direção à América Latina, pois "na América Latina há lugar para a expansão" e sua vocação está voltada para o futuro, enquanto "terra do amanhecer" passível de converter-se em "fonte de grande poder" (JK, 1967: 2). À base destas considerações está a crença em um destino a ser cumprido, em virtude de uma predestinação decorrente de um "império territorial", provido de uma dinâmica populacional considerável e de "grandes riquezas naturais potenciais" (JK, 1958: 63). O Brasil, por imposição do destino, teria portanto que tornar-se um "grande império poderoso e forte" (JK, 1956: 47).

A luta pelo desenvolvimento assumia assim um sentido e uma importância fundamental, tanto no plano da segurança nacional quanto hemisférica. O subdesenvolvimento e a pobreza seriam pré-condições indispensáveis e mesmo argumento para a ação do "inimigo da democracia" (JK, 1956: 22) e, na medida em que a segurança nacional fosse atingida, estar-se-ia pondo em risco a realização do "destino nacional" e também comprometendo a própria segurança hemisférica, em virtude da grande importância geoestratégica atribuída ao país. Os Estados Unidos seriam, através da "aliança para o progresso", o aliado estratégico do Brasil na luta contra o subdesenvolvimento e a pobreza, bem como de todos os países da América Latina, pois tratava-se antes de tudo de "salvar a democracia, a liberdade e a unidade da família americana" (JK, 1962: 180).

A luta pelo desenvolvimento é portanto um empreendimento nacional decisivo e de cujo êxito dependeria em última instância a soberania nacional - é uma verdadeira guerra pela libertação nacional, na qual o povo forma as fileiras de um grande exército mobilizado permanentemente com o objetivo de concretizar as metas de industrialização do país (JK, 1958: 9s.).

A mobilização popular dependeria logicamente de uma ideologia desenvolvimentista que pudesse legitimar o programa de metas do governo, exatamente no sentido da paráfrase de Vieira Pinto do axioma de Lenin ("sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário"): "sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento" (Vieira Pinto, 1959: 32 - grifo no original).¹⁷ A

questão do desenvolvimento nacional assumia as proporções de "uma verdadeira guerra santa" (JK, 1962: 196). Era um movimento de conteúdo salvacionista, cujos fins últimos consistiam em uma redenção nacional por meio da realização do destino grandioso do Brasil. O projeto mesmo de construção de Brasília no coração do país é parte desta estratégia de desenvolvimento nacional, e apresenta-se como um imperativo da razão do Estado. A transferência da capital para o planalto central revela simbolicamente o traço de união entre a conquista e colonização do espaço interno e a realização do destino nacional de grande potência. Brasília é a concretização do espírito brasileiro no espaço dominado pela razão técnico-científica a serviço do poder nacional, ou seja, o paradigma da consciência da ocupação político-econômica do espaço interno. Além disso, Brasília é um espelho da capacidade nacional de criação, um momento de experiência da nação no processo de autoconquista e autocolonização do país, levado a cabo pelo homem brasileiro.¹⁸

O curto período de governo Jânio Quadros revela não somente a continuidade estrutural do discurso político, como também algumas alterações não essenciais pautadas na ênfase em uma política externa "independente", em oposição flagrante a uma "diplomacia subsidiária e inócua de uma Nação jungida a interesses dignos mas estrangeiros" (Quadros, 1961: 19-27), cujo objetivo último seria a defesa incondicional dos interesses nacionais. Conseqüentemente, os investimentos estrangeiros deveriam subordinar-se a uma estratégia de desenvolvimento e segurança nacional, o que exigiria regulamentar a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior (Quadros, 1961: 84s.).

A política externa independente teria que ser um instrumento de promoção do desenvolvimento nacional e, não obstante o caráter ocidental e cristão do povo brasileiro, para a consecução deste fim fazia-se necessário manter-se à margem de qualquer política de bloco (San Thiago Dantas, 1962: 17s.). "Os interesses nacionais", dizia veementemente Jânio, "não conhecem doutrina e o Brasil está atravessando um período em que sua própria sobrevivência como nação, ocupando uma das áreas mais extensas do globo, depende da solução dos seus problemas econômicos" (Quadros, 1961: 27).

Se bem que Jânio preconizasse uma posição de independência diante dos "impérios ideológicos e econômicos", tinha consciência dos limites da independência e da soberania nacional, pois correlacionava o grau de independência política à capacidade econômica instalada e compreendia a relação essencial entre segurança nacional e uma política global de desenvolvimento inserida nos marcos da democracia e da civilização ocidental e cristã. A consciência da grandeza espacial da nação implicava dominar plena e soberanamente o território nacional, através da implementação de uma estratégia de desenvolvimento e integração nacional equilibrada, a fim de concretizar o projeto brasileiro de grande potência. As áreas em que o Brasil "naturalmente" exerceria sua influência seriam a América

Latina, a África e os países asiáticos, isto em decorrência de razões geo-históricas e étnico-culturais, bem como devido à postura brasileira na luta contra o atraso e a opressão. Ao Brasil caberia portanto o papel de mediador nato entre o ocidente e o continente africano (Quadros, 1961: 21s. e 24).¹⁹

O governo João Goulart também se inseria no contexto de afirmação de um conteúdo ocidental e cristão, próprio à formação política brasileira, e identificava-se com uma política externa "independente", a qual seria expressão da autodeterminação nacional. Tratava-se de uma política "independente" que pudesse viabilizar a realização do "próprio destino" nacional, "sem xenofobia" e em "convivência com o universal", ou seja, dentro do sistema hegemônico global; essa política externa "independente", a ser legitimada democraticamente, era parte integrante de um projeto reformista de transformação da sociedade brasileira (Goulart, 1962: 91s.). Esse projeto de transformação social, de fundo bonapartista, consistia em uma estratégia de mobilização popular com o objetivo de pressionar as classes dominantes, com o objetivo de efetivar as reformas de base pleiteadas.

Para San Thiago Dantas as pressões sociais revelavam uma situação particular, na qual a sociedade se distanciava pela sua maior sensibilidade na percepção dos interesses nacionais das elites políticas, como se lhes impusesse um termo de definição inadiável (San Thiago Dantas, 1963: 14s.).

A eclosão da crise dos foguetes soviéticos estacionados em Cuba e o processo acelerado de mobilização popular pareciam afetar fundamentalmente os princípios de segurança hemisférica. Quando surgiram os primeiros indícios evidentes de decomposição da ordem, principalmente com a quebra da hierarquia das forças armadas, em meio a uma situação de recessão econômica e de inflação galopante, colocou-se na ordem do dia a derrubada de um governo considerado pela elite político-militar como inepto,²⁰ corrupto e subversivo, com o apoio extensivo dos Estados Unidos.

Com a tomada revolucionária do poder em Cuba observa-se uma ruptura traumática do monopólio norte-americano na região do Caribe - o tradicional "lago americano" (Child, 1980: 72s.) - o que provocou uma redefinição fundamental das questões de segurança hemisférica, com vistas à necessidade de impedir a irradiação dos "focos" revolucionários, de acordo com os padrões insurrecionais cubanos. Para os Estados Unidos tratava-se de impedir a qualquer preço a infiltração do "inimigo externo". Os militares norte-americanos sistematizaram a experiência francesa de combate ao "inimigo interno" e criaram uma contra-estratégia ("counter insurgency and civic action")²¹, a qual foi implementada através de programas de ajuda militar e treinamento das forças armadas latino-americanas, em consonância com a política reformista da Aliança para o Progresso.

A estratégia norte-americana de segurança nacional, resultante da definição de que o "inimigo interno" encarnaria o "inimigo externo"²² não se apresentava à elite político-militar brasileira como uma forma de desrespeito à soberania nacional; ao contrário, servia de meio de legitimação da ideologia e dos padrões tradicionais de participação política dominantes. Os Estados Unidos não eram apenas o modelo do projeto político nacional da elite dominante, eram acima de tudo o baluarte do sistema de proteção nuclear do ocidente contra o expansionismo soviético. Permitir portanto a irrupção de um movimento guerrilheiro no Brasil significaria ter-se que admitir a possibilidade de uma intervenção norte-americana e os riscos de desintegração do território nacional e sua consequente vietnamização, concretizando-se assim a estratégia do foco revolucionário. Tal situação implicaria a fragmentação do país e poderia comprometer definitivamente a realização do "destino de grande potência", nos termos do discurso geopolítico brasileiro.

Ao findar a Segunda Guerra Mundial surgia uma nova fase da "guerra civil mundial" que consistia em um conflito bipolar entre superpotências, cujas esferas de influência passavam a alcançar uma dimensão global e a cristalizar espacialmente blocos de poder mundial. Contudo, os blocos de poder polarizados nas órbitas dos Estados Unidos e da ex-União Soviética integram crescentemente um mercado internacionalizado que se caracteriza pela ampliação constante de um processo global de interdependência político-econômica. Não obstante a possibilidade lógica de sucessivas rupturas do sistema hegemônico bipolar (inclusive sua transformação em unipolar, em uma nova versão da *pax americana*), verifica-se que o processo de globalização do espaço através das armas nucleares redefinia a questão da delimitação das fronteiras políticas e dos limites da soberania nacional possível. O fato é que as fronteiras políticas se tornaram essencialmente ideológicas e se configuravam nos marcos de um novo Tratado de Tordesilhas, cujos limites físicos se dissolviam diante da imponderabilidade do apocalipse atômico (Schmitt, 1963: 91ss). Nesse sentido poder-se-ia perguntar hoje se a iminência da destruição do planeta não implica imperativamente a necessidade de superação da soberania nacional pelo fato de que a existência do mundo e da espécie está em jogo e não somente a dos "inimigos" políticos. Em termos humanísticos a questão pode reduzir-se a uma contradição antagônica insuperável entre a utopia de um "patriotismo da espécie humana" e a destruição da humanidade em nome da soberania nacional.

Conclusão

Uma análise acurada da política externa brasileira em curso até fins dos anos 70 parece, ao que tudo indica, confirmar o padrão de uma continuidade essencial do processo político brasileiro, não

obstante algumas correções de curso verificadas imediatamente após 1964.

A reflexão histórico-estrutural sobre o discurso político dominante permite a compreensão de estruturas ideológicas fundamentais cristalizadas no projeto brasileiro de Estado e grande potência e que se manifestaram, por exemplo, através das seguintes decisões estratégicas: a) denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos; b) denúncia da ordem internacional hegemônica, isto é, do "congelamento do poder mundial"; c) assinatura do Acordo Atômico com a Alemanha Federal; d) voto anti-sionista.

Este trabalho pretende ter contribuído para a busca de respostas cientificamente adequadas a questões que analisam: 1) o nexo causal entre o atual perfil da política externa brasileira e seus fundamentos históricos e ideológicos, e 2) em que medida as políticas dos "círculos concêntricos" e "fronteiras ideológicas", da "prosperidade" e do "pragmatismo responsável" alicerçam a estratégia geopolítica de construção do projeto brasileiro de Estado e grande potência, em uma ordem hegemônica global que impõe limites à soberania nacional dos países periféricos.*

Posfácio

Cumprir notar que este trabalho foi escrito, em uma versão preliminar, em fins dos anos 70, com o intuito de caracterizar os padrões fundamentais que estruturam a continuidade da política externa brasileira em diferentes épocas e situações. Entretanto, a globalização da economia e da informação, a transnacionalização dos impactos sócio-culturais e políticos, e sobretudo os novos complexos espaciais e temporais redefinidos por critérios de eficácia tecnológica chocam-se com as formações nacionais e inviabilizam estratégias baseadas em modelos autárquicos e paroquiais.

A derrocada da União Soviética e a queda de todas as muralhas e símbolos do isolamento apenas aparentemente cedem lugar a um sistema multipolar.

A lógica da hegemonia unipolar e unidimensional transcende os limites espaciais definidos pelo expansionismo imperialista do século passado e rompe com as perspectivas de "resistência" e monopólio continental características da Doutrina Monroe, por exemplo. A principal consequência do apoio norte-americano à Inglaterra durante o conflito das Malvinas foi o comprometimento do modelo hegemônico transcontinental americano. A intervenção inglesa no continente americano confirma com sangue o estado de anomia e orfandade da elite dominante latino-americana, principalmente da brasileira. A perplexidade contumaz das elites políticas revela uma crise de identidade sem paralelo e ilustra um comportamento acéfalo, destituído de auto-estima e de projeto próprio. A "nova" política

* Artigo recebido em março de 1990.

externa brasileira parece pautar-se no reconhecimento autofágico de uma posição secundária e, fatalmente, periférica, na medida em que abre mão da construção de um projeto político adequado aos imperativos de integração interdependente em uma ordem hegemônica unipolar.

Os fenômenos da reunificação da Alemanha, da auto-extinção da União Soviética e da Guerra do Golfo são extremamente próximos e de difícil processamento analítico, sendo portanto temerário compreendê-los como elementos comprobatórios da emergência de um sistema multipolar. A "nova" ordem internacional legitima-se pela eficácia e pela capacidade de racionalização técnico-científica de controle sobre o espaço e o tempo em escala planetária. A pseudo-multipolaridade imanente desta "nova" ordem reduz-se porém a apenas alguns centros de poder como o Japão, Europa Ocidental e o espólio da ex-União Soviética. Trata-se contudo de um conglomerado cuja forma e consistência sistêmica depende, decisivamente, da hegemonia norte-americana.

De fato, há um sistema unipolar exclusivo, como se pode perceber na Guerra do Golfo por exemplo, em um universo fragmentado em escala planetária. Neste contexto, os esforços de tradução nacional dos modelos de hegemonia carecem de sentido lógico. As linhas da hegemonia unipolar redividem o planeta em duas dimensões geopolíticas transnacionais que cristalizam o *apartheid* Norte-Sul. Portanto o sistema hegemônico unipolar inviabiliza qualquer tentativa de tradução, mesmo atualizada ou reciclada, da Doutrina Monroe.

Notas

- 1 A expansão européia transcorre efetivamente de acordo com a trindade formulada por Goethe, ou seja, baseia-se na relação essencial existente entre a guerra, o comércio e a pirataria.
- 2 Sobre a Doutrina Monroe ver: Kahle, 1977, *passim*.
- 3 Diga-se epassagem ue, diferentemente os países de língua espanhola, o Brasil, de um modo geral, sempre teve uma atitude política solidária com os Estados Unidos, não considerando de modo algum o "perigo ianque" uma ameaça efetiva ao país, o que o distanciava sobremaneira dos demais países latino-americanos, traumatizados pelo expansionismo norte-americano (Normano, 1944: 151).
- 4 Com a negociação do *Funding Loan*, entretanto, abriu-se o caminho para um controle global da economia brasileira, fundado na hegemonia econômico-financeira paulista.
- 5 Para que se tenha uma idéia disto basta mencionar-se o fato de que no ano da proclamação da República, enquanto os Estados Unidos compravam cerca de 61% das exportações brasileiras, somente 5,5% das importações do país eram provenientes dos Estados Unidos (Hill, 1932: 267).

- 6 Por ocasião da revolta de 1893, que objetivava a restauração monárquica, os Estados Unidos colocaram-se agressivamente e sem vacilar do lado do regime republicano (Hill, op. cit.: 280s.).
- 7 A eleição do modelo norte-americano por parte da elite brasileira expressa-se enfaticamente nas seguintes palavras de Nabuco: "O único efeito certo que posso ver numa relação permanente e íntima da América Latina com os senhores é que seria americanizada lentamente, isto é, influenciada por sua autoconfiança e sua energia. Seria um tratamento de eletricidade. Não quero dizer que nunca atingiríamos sua velocidade. Nem desejamos isso. Os senhores quebraram o recorde da vida e fizeram um novo ritmo para si mesmos. Nunca poderíamos fazer isto" (Nabuco, August 28th, 1908: citado por Valla, 1978: 55).
- 8 Everardo Backheuser, brasileiro de origem alemã, foi o divulgador da geopolítica alemã de Karl Haushofer no Brasil, desde inícios dos anos vinte. Mantinha contacto direto com o grupo de K. Haushofer, da Revista de Geopolítica, na qual Backheuser publica em 1926 um artigo intitulado: "O conglomerado político brasileiro", (Zfg, III, Ano 1926, 8, agosto, pp. 625-630). Em 1946, Backheuser publica na Revista Brasileira de Geografia um trabalho sob o título "O Barão do Rio Branco, geógrafo e político", no qual exalta as qualidades do estadista.
- 9 Este texto de Washington é citado sintomaticamente por Golbery do Couto e Silva - o principal teórico da Escola Brasileira de Geopolítica (Couto e Silva, 1967: 64). Cumpre ressaltar-se que Golbery caracteriza a Doutrina Monroe, corretamente, como uma "doutrina de dominação" (op. cit.: 51).
- 10 A valorização política da posição geoestratégica do país implica em reconhecer os próprios limites inerentes a uma dada equação de poder: "Se a geografia atribuiu à costa brasileira e a seu promontório nordestino um quase monopólio de domínio do Atlântico Sul, esse monopólio é brasileiro, deve ser exercido por nós exclusivamente, por mais que estejamos, sem tergiversações, dispostos a utilizá-lo em benefício de nossos irmãos do norte, a quem nos ligam tantos e tão tradicionais laços de amizade e de interesses, e em defesa ao mesmo tempo da civilização cristã, que é a nossa, contra o imperialismo comunista de origem exótica" (op. cit.: 53 - grifo do autor).
- 11 "The Good Neighbour policy was probably the most potent weapon in Brazil's diplomatic arsenal, as Brazilian officials masterfully exploited Washington's unwillingness to adopt sanctions against Brazil for infringements of the American Brazilian Treaty and its readiness to be satisfied with rhetoric in pursuing its commercial aims" (Hilton, Chilton, 1975: 227).
- 12 Child resume do seguinte modo as variações estratégicas principais dos Estados Unidos ao longo deste século: "En el siglo XX se han producido expansiones graduales de los conceptos estratégicos operacionales de Estados Unidos en la América Latina en dos dimensiones: geográfica, desde el Lago Estadounidense, pasando por el cuarto de la esfera, hasta la defensa del Hemisferio; orgánica, de la preocupación inicial sobre la defensa contra la amenaza exterior hasta la preocupación acerca de la subversión y el desarrollo internos" (Child, 1980, 82 - grifada por Child).
- 13 Sobre a problemática da industrialização em sua relação com o quadro político global brasileiro, veja-se: Luz, 1961: 145 e 186; Baer, 1965: 20-29; Tavares, 1972: 59-124; Furtado, 1972: 23; Baer e Kerstenetzky, 1964: passim; Left, 1969: 473-493.

- 13 É importante, além disso, considerar-se o imperativo geopolítico que envolve determinantemente a política externa brasileira não apenas em função da posição geográfica do país, pois também influi decisivamente a questão da identidade étnico-cultural singular no plano da representação simbólica do espaço político da nação (cf. Freyre, 1969: 166-192).
- 14 Veja-se a esse respeito Vargas, 1942, 285. É sumamente importante ter-se em conta que animado por estas idéias geopolíticas o governo de Getúlio Vargas funda a "Fundação do Brasil Central" (Meirelles, 1960, passim).
- 15 "Daí a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução siderúrgica. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige; é também a nossa segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa" (Vargas, Getúlio. *A Nova Política*, citado in: Faoro, R. *Os Donos do Poder*, vol. II, 1976: 690 - grifo do autor). Veja-se a respeito da relação entre o moderno Estado brasileiro e a industrialização, o trabalho de Martins, 1976: 165-266.
- 16 É importante não se esquecer que a identidade messiânica entre a civilização ocidental e cristã e o Brasil, de acordo com essa representação, inspira-se na tradição conservadora do pensamento de Donoso Cortes, entre outras fontes. Cortes considerava o cristianismo como o fundamento último da verdadeira civilização, cuja decadência somente poderia ser evitada pela ação salvacionista do exército permanente (Cortes, 1954: 131-158). No rastro desta tradição conservadora é que Golbery considera em termos absolutos o "ocidente como ideal, o ocidente como propósito, o ocidente como programa" (Couto e Silva, 1967: 231). A justificação racional desta identidade metafísica consistiria, segundo Golbery, na resposta à seguinte pergunta: "Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza e sustenta a civilização do ocidente? Resumi-lo-emos em seus termos essenciais: a Ciência - como instrumento de ação; a Democracia - como fórmula de organização política; o Cristianismo - como supremo padrão ético de convivência social" (op. cit.: 232). É justamente em nome dessa identidade e das necessidades de "defesa continental" que se cede a ilha de Fernando de Noronha às forças armadas norte-americanas (JK, 1958: 63s; Prado Jr., 1966: 28s).
- 17 Uma análise dos fundamentos da ideologia do desenvolvimento não pode deixar de levar em consideração o fato de que se trata de uma variante aperfeiçoada do culto positivista da "ordem" e do "progresso" técnico-científico. Sobre o desenvolvimentismo veja-se a excelente análise de Cardoso (1977). No que concerne à tradução do desenvolvimento em linhas políticas de ação estratégica, podem-se discernir, exclusivamente para fins compreensivos, duas tendências representadas por duas instituições do Estado, concorrentes entre si, uma de "esquerda" (o ISEB) e outra de "direita" (a ESG), as quais, não obstante as diferenças existentes entre ambas, assemelham-se a duas faces de uma mesma moeda que é o poder de Estado. Sobre o ISEB ver, entre outros, o trabalho de Toledo, 1977. Sobre a ESG, vejam-se: Stepan, 1975: cap. 8; Oliveira, 1976: 19-45; Schooyans, 1973: 30-46 e 73-103; Comblin, 1977: 113-124.
- 18 A transferência da capital para o planalto central realizou os sonhos de integração nacional de José Bonifácio e de muitos patriotas republicanos. Razões geopolíticas e militares fundamentaram a necessidade imperativa da criação de Brasília, na grande "manobra geopolítica" de integração nacional

- (Couto e Silva, 1967: 46-90ss; Castro, 1961; Tambs, in Bailey (ed.), 1965: 31-49; Tambs, 1968: 60-72; Castelo Branco, 1987: 21-31).
- 19 Sobre a política e o governo JQ ver: Skidmore, 1969: 231-259; Victor, 1965, passim; Dulles, 1970: 109-136; Young, 1972: 103-136; Storrs, 1973.
- 20 Sobre a evolução da crise política que culmina com o Golpe de Estado de 1964, consultem-se, entre outros, os seguintes trabalhos: Ferreira, 1964; Pedreira, 1964; Moniz Bandeira, 1973; Schneider, 1971: 73-107. Sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, consultem-se: Bell, in: Roett (ed.), 1972: 77-102; Martins, in: Fagen (ed.), 1974: 299-334. Sobre a questão da participação dos Estados Unidos no golpe de 1964, ver entre outros trabalhos: Roett, 1972; Parker, 1977.
- 21 Veja-se sobre a estratégia de combate ao "inimigo interno": Barber e Ronning, 1966. Veja-se sobretudo o mais importante trabalho, na opinião do autor, de sistematização da experiência francesa na Argélia e na Indochina: Trinquier, 1968.
- 22 Na concepção estratégica da guerrilha está implícito - como premissa lógica - que sua legitimação depende sempre do apoio de um "terceiro interessado" (Schroers, 1961).

Bibliografia

- ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo*, São Paulo, 1952.
- BACKHEUSER, Everardo. "Das politische Conglomerat Brasiliens", in: ZfG, III, Jg. 1926, Heft 8, pp. 625-630 (Curso de Geopolítica Geral e do Brasil, Rio de Janeiro, 1952).
- BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*, Illinois, Homewood, 1965.
- BAER, Werner e KERSTENETZKY, Isaac. "Import Substitution and Industrialization in Brazil", in: *American Economic Review*, 54, 3, Wisconsin, Menasha, 1964, pp. 411-425.
- BARBER, William F. e RONNING, C. Neale. *Internal Security and Military Power*. Ohio, Counterinsurgency and Civic Action, 1966.
- BELL, Peter D. "Brazilian-American relations", in: ROETT, Riordan (ed.). *Brazil in the Sixties*. Nashville, 1972.
- BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance. Rio Branco and Brazilian-American relations*. NT, 1966.
- CALÓGERAS, Pandiá. "Relações exteriores do Brasil", discurso proferido na Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro, 1911; "Rio Branco e a política exterior", Rio de Janeiro, 1916.
- CARDOSO, Miriam L. *Ideologia do desenvolvimento - JK-JQ*. Rio de Janeiro, 1977.
- CASTELO BRANCO, Lúcio de B. "Brasília do Centro à Periferia ou uma Viagem Redonda". In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e Metropolização*. Brasília, EdUnB, 1987.
- CASTRO, Josué de. *Significação geopolítica de Brasília*. Rio de Janeiro, 1961.
- CHACON, Vamireh. *Estado e povo no Brasil. As experiências do Estado Novo e da democracia populista*. Brasília, 1977.
- CHILD, John. "Estados Unidos y Latino-America. Conceptos estratégicos y militares", in: *Estratégia*, Mar-Abr/1980, n. 63, p. 71-90.
- COMBLIN, Joseph. *Le Pouvoir Militaire en Amérique Latine. L'Idéologie de la sécurité nationale*. Paris, 1977.

- CORTES, Donoso. *Textos políticos*. Madrid, 1954.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1967.
- CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Porto, 1941.
- _____. *Os sertões*. Rio de Janeiro, 1957.
- DULLES, John W. *Unrest in Brazil. Political-Military Crises, 1955-1964*. Austin, Texas, London, 1970.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Vol. II, Porto Alegre, 1976.
- FAY, C. R. *Cambridge History of the British Empire*. Vol. II, Cambridge, 1940.
- FERREIRA, Oliveiros S. *As forças armadas e o desafio da revolução*. Rio de Janeiro, 1964.
- FREYRE, Gilberto. *New World in the Tropics. The Culture of Modern Brazil*. New York, 1969.
- FURTADO, Celso. *Análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972.
- GOULART, João. "Desenvolvimento e independência", in: *Discursos*. Brasília, 1962.
- HILL, Lawrence F. *Diplomatic Relations between the United States and Brazil*. North Carolina, 1932.
- HILTON, Stanley E. *Brazil and Great powers, 1930-1939. The Politic of Trade and Rivalry*. Austin, London, 1975.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo*. Rio de Janeiro, 1975.
- KAHLE, Guenther. "Die Rolle der politischen Doktrinen in den Beziehungen zwischen den USA und Lateinamerika" (Conferência pronunciada no congresso anual da ADLAF - Comunidade Alemã de Pesquisas sobre a América Latina), Berlin, 1977.
- KJÉLLEN, Rudolf. *Die Grossmaechte der Gegenwart*. Leipzig, 1916.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Discursos*. Rio de Janeiro, 1956 ss.
- _____. *Latin American today*. Tucson, 1967.
- _____. "Mensagem ao Congresso Nacional", Rio de Janeiro, 1957.
- _____. *A marcha do amanhecer*. São Paulo, 1962.
- _____. *Industrialização - batalha pela própria sobrevivência*. São Paulo, 1958.
- LEFF, Nathaniel H. "Long-term Brazilian Economic Development", in: *The Journal of Economic History*, n. 29, New York, 1969, pp. 473-493.
- LEVINE, R. E. *The Vargas Regime. The Critical Years, 1934-1938*. New York, 1970.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A presença de Alberto Torres. Sua vida e pensamento*. Rio de Janeiro, 1968.
- LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização*. São Paulo, 1961.
- McCANN, Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. New Jersey, 1973.
- MARTINS, Carlos Estevam. "Brasil-Estados Unidos en la década de 1960", in: COTLER, Julio (ed.). *Relaciones políticas entre América Latina y los Estados Unidos*. Buenos Aires, 1974, pp. 299-334.
- MARTINS, Luciano. *Pouvoir et Développement Économique. Formation et Évolution des Structures Politiques au Brésil*. Paris, 1976.
- MEIRELLES, Silo. *Brasil Central, notas e impressões*. Rio de Janeiro, 1960.
- MONIZ BANDEIRA, L. A. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, 1973.
- NABUCO, Joaquim. Convocation Address delivered before the University of Chicago, 28/08/1908: The Approach of the two Americas, by Joaquim Nabuco, the Ambassador of Brazil.
- NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco por sua filha Carolina Nabuco*. São Paulo, 1929.

- NORMANO, J. F. *A luta pela América do Sul*. São Paulo, 1944.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis, 1976.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel de. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Lisboa, 1923.
- PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro, 1977.
- PEDREIRA, Fernando. *Março 31: civis e militares no processo da crise brasileira*. Rio de Janeiro, 1964.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. São Paulo, 1961.
- PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, 1966.
- QUADROS, Jânio. "Mensagem ao Congresso Nacional", Brasília, 1961.
- _____. "Brazil's new Foreign Policy", in: *Foreign Affairs*, vol. 40, n. 1, out/1961, pp. 19-27.
- ROETT, Riordan. *The Politics of Foreign Aid in the Brazilian Northeast*. Nashville, 1972.
- SAN TIAGO DANTAS. *Política externa independente*. Rio de Janeiro, 1962.
- _____. *Idéias e rumos para a revolução brasileira*. Rio de Janeiro, 1963.
- SCENNA, Miguel Angel. *Argentina - Brasil. Quatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires, 1975.
- SCHMITT, Carl. *Volkerrechtliche Grossraumordnung*. Berlin, Leipzig, Wien, 1941.
- _____. *Theorie des Partisanen. Zwischenbemerkung zum Begriff des Politischen*. Berlin, 1963.
- SCHNEIDER, Ronald. *The Political System of Brazil. Emergence of a "Modernizing" Authoritarian Regime, 1964-1970*. New York, London, 1971.
- SCHOOYANS, Michel. *Destin du Brésil. La Technocratie Militaire et son Idéologie*. Gembloux, 1973.
- SCHROERS, Rolf. *Der Partisan: ein Beitrag zur politischen Anthropologie*. Koeln, 1961.
- SINGER, Paulo. "O Brasil no contexto do capitalismo internacional, 1889-1930", in: *Revista Mexicana de Sociologia*, ano XXXVI, Vol. XXXVI, n. 3, jul-set/1974, pp. 547-593.
- SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro, 1969.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, 1975.
- STORRS, Keith L. *Brazil's Independent Policy, 1961-1964. Background, Tenets, Linkage to Domestic Politics and Aftermath*, diss. (Cornell University Press). Ithaca, New York, 1973.
- TAMBS, Lewis A. "Marsch nach Westen. Geopolitische Aspekte der brasilianischen Expansion", in: *ZfG*, 16 (XXXIX) Jg., Heft 2, 1968, pp. 60-72.
- _____. "Geopolitical Factor in Latin America", in: BAILEY, Norman (ed.). *Latin American: Politics, Economics and Hemisphere Security*. New York, 1965, pp. 31-49.
- _____. "Rubber, Rebels and Rio Branco: the Context for the Acre", in: *Hispanic American Research Review*, 46, Ago/1966, pp. 254-273.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, 1977.
- TRINQUIER, Roger. *Guerre, Subversion, Révolution*. Paris, 1968.
- VALLA, Victor V. *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1928. Sempre de acordo ou nobre emulação?*. Rio de Janeiro, 1978.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. V, Rio de Janeiro, 1938.
- _____. *As diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, 1942.

- VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro, 1965.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, 1959.
- YOUNG, Jordan M. *Brazil. 1955-1964: End of a Civilian Cycle*. New York, 1972.

Abstract

The Possible National Sovereignty or the Brazilian Version of the Monroe Doctrine.

The aim of this paper is to search the essential patterns constituting the Brazilian foreign politics, which are shown in the discourse of the power elite. This investigation is restricted to the study of two illustrative phases: a) the Republic in consolidation and b) the period that goes from 1930 to 1964. Its purpose is to analyse the steadiness of a strategic and political project. The essence of this project is the "nationalization" of the logical structures which characterize the "hegemonism" inherent in the Monroe Doctrine. Therefore, the North American pattern of a "manifest destiny" inspires the idea of converting the big national space in a political plus value, in the context of a process of hegemonic accumulation.

This paper questions the effective possibility of a peripheric and technologically dependent country of continental size, subjected to a hegemonic enclosure, to become sovereign and decide about its present and future.

Resumé

La Souveraineté Nationale Possible ou la Version Brésilienne de la Doctrine Monroe

L'objectif de cet article est la recherche des structures qui constituent la politique étrangère brésilienne, dans le discours de l'élite du pouvoir.

Cette recherche se limite à l'étude de deux phases illustratives: a) la République en consolidation et b) la période qui va de 1930 à 1964. Son but est l'analyse de la permanence d'un projet politique et stratégique.

L'essence de ce projet est la "nationalisation" des structures logiques lesquelles caractérisent la hégémonie inhérente à la Doctrine Monroe. Donc le modèle nord américain d'un "destin manifeste" inspire l'idée de conversion de la grandeur spatiale de la nation en plus-value dans le contexte d'un procès hégémonique d'accumulation.

Cet article pose la question de la possibilité effective d'un pays périphérique, technologiquement dépendant, de dimension continentale, soumis au cercle hégémonique, de devenir souverain et décider sur son présent et future.